

Todos podemos pegar as traduções de Millôr Fernandes em *The Cow Went To The Swamp* e enxergar-lhes o efeito cômico: são ao pé da letra do português para o inglês. No entanto, a julgar por algumas notas e introduções de tradutores acadêmicos lusófonos, a comicidade se só se dá em mão única, e o português tem de aceitar as construções mais artificiais e menos inteligíveis em nome da literalidade. Veja-se que, no *Tratado da natureza humana*, a frase “Tudo o que é produzido sem causa é produzido por *nada*” (p. 109) tem uma nota de rodapé aonde lemos que “a frase gramaticalmente correta em português seria ‘Tudo o que é produzido sem causa não é produzido por *nada*’, mas isso deixaria sem sentido o raciocínio de Hume.” Ora, a ninguém que conheça português pareceria sem sentido o raciocínio de Hume por haver uma dupla negação com sentido de negação. Podemos dizer que não tem nenhum sentido a explicação da tradutora, e ninguém há de depreender dessa nossa dupla negativa que a afirmação tenha algum sentido. Mas o mais preocupante é a noção de que não se pode ser gramatical e filosoficamente correto em português. Como se nossa flor do Lácio fosse tão estranha à *philosophia prima* e à *scientia causarum* quanto o chinês ou o basco.

(Sobre a passagem de Hume, eis a citação extensa, junto ao original: “Tudo o que é produzido sem causa é produzido por *nada*; ou, em outras palavras, tem como causa o nada. Mas o nada nunca pode ser uma causa, assim como não pode ser alguma coisa, ou ser igual a dois ângulos.”; “Whatever is produced without any cause, is produced by *nothing*; or in other words, has nothing for its cause. But nothing can never be a cause, no more than it can be something, or equal to two right angles.” A própria tradutora adotou uma solução natural no fim da mesma frase, e de novo na seguinte: colocar um artigo e tornar o nada um substantivo. Outra possibilidade para a primeira passagem, natural e correta, seria dizer “Tudo o que é produzido sem uma causa por nada é produzido”).

E não é caso isolado, essa concepção. Vemos uma parecida, mas menos grave, na tradução de excertos da *Busca da verdade*, onde o tradutor nos conta que “o francês de Malebranche é bastante fluente e agradável, dispensando um vocabulário técnico. Procurei ser o mais literal possível, **mas** sem perder de vista a correção do português.” (p. 35, grifo nosso) Há uma tensão entre tradução literal e correção do português, sendo ambas coisas a serem buscadas. É como se houvesse a língua de partida onde a filosofia do autor se expressa plenamente, e a de chegada, onde há de ficar, ainda que mal-ajambrada. Já a tradutora de Susan Haack diz, em sua apresentação ao *Manifesto de uma moderada apaixonada*, ter optado

por uma tradução mais direta e próxima do original, em vez de buscar de forma livre uma adaptação do texto ao idioma português. Em certos casos, uma tradução literal pareceu-me mais eficiente não somente para conduzir os leitores à escrita

rigorosa e precisa da autora, mas também para preservar seu estilo. (p. 22)

Parece, então, haver duas formas de tradução: a literal e a livre adaptação, sendo a primeira a preferível. E a superioridade da literalidade faria com que o “judgement” de Malebranche devesse se traduzir como “juízo” e não como “juízo”; ou até mesmo, em Haack, “phrase” por “frase” e não “expressão”, evitar ao máximo subjuntivos (inexistentes em inglês) e criar a palavra “autodecepção” (HAACK, 2011, p. 62) para falar do ato de se enganar deliberadamente. Além, claro, de impedir a dupla negativa do português. Rimos ao ler *The Cow Went to the Swamp*, mas entre acadêmicos pode-se ter por índice de seriedade e rigor a literalidade em português.

(Sobre o porquê de juízo, e não julgamento: toda a tradição cartesiana em português usa “juízo”, e quem leia as traduções de Descartes e Malebranche no Brasil sem se perguntar pelo original achará que ambos falam de coisas diferentes (julgamento e juízo), sem ser o caso. A escolha por juízo em vez de julgamento tampouco é injustificada, pois é a palavra que, assim como *judgement* em francês, traduz o *iudicium* latino – e lembre-se que Descartes escrevia também em latim.)

Decerto Paulo Rónai não terá pego exemplos tão estranhos, mas em sua *Escola de tradutores* há um ensaio para tratar do mito de que tradução boa é tradução literal:

Pensa-se geralmente que a tradução fiel é a tradução literal, e que, portanto, qualquer tradução que não seja literal é livre. A maioria dos candidatos a tradutor, ao serem convidados por uma editora, pergunta invariavelmente se a casa deseja traduções fiéis ou livres, literais ou literárias. Essa pergunta é feita na tácita suposição de que o requisito de fidelidade concerne apenas a um dos dois idiomas, aquele do qual se traduz. Uma versão literal, isto é, fiel a apenas uma das duas línguas, é impossível. (p. 21)

Em seguida, para ilustrar o ponto, menciona o caso de um romance epistolar anglófono onde mocinho e mocinha começam distantes e terminam íntimos. Ora, o tradutor literal deveria considerar que todo *you* é igual – e aí teríamos ou o par distante tratando-se por “você”, ou o casal apaixonado tratando-se por “o senhor” e “a senhorita”. Para ser fiel também ao português, é preciso considerar que em nossa língua os pronomes de tratamento mudam a depender da relação que haja entre os falantes, e portanto escolhê-los conforme o contexto. Longe de ser um autômato literal, o tradutor deve escolher a melhor opção lusófona para expressar o pensamento daquele texto.

E não pensemos que escolhas sejam possíveis somente em literatura. Afinal, como aponta Rónai, línguas têm peculiaridades que, na versão para o

português, demandam opções – quer conscientes, quer inconscientes. O tradutor do latim e do russo terá de escolher sempre entre não pôr artigo, pôr artigo definido ou indefinido. “Cada um desses casos”, diz ele, “é resolvido segundo as leis orgânicas do português; o original não fornece indicação alguma. Se existisse tradução literal, isto é, fidelidade unilateral, o problema nem surgiria e deixaríamos de pôr o artigo ao longo de toda a obra.” (p. 22)

Deixemos de lado, então, a ideia de que tradução literal é tradução fiel. E expulsemos esse viralatismo linguístico da nossa filosofia.

Bruna Frascolla Bloise

MALEBRANCHE, N. *A Busca da Verdade* (Textos escolhidos). Trad. Plínio Junqueira Smith. São Paulo: Paulus, Discurso, 2004.

HAACK, S. *Manifesto de uma moderada apaixonada*. Trad. Rachel Herdy. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Loyola, 2011.

HUME, D. *Tratado da natureza humana*. 2. ed. Trad. Déborah Danowski. São Paulo: UNESP, 2009.

RÓNAI, P. *Escola de tradutores*. 7 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2014.